



Conselho das  
Finanças  
Públicas

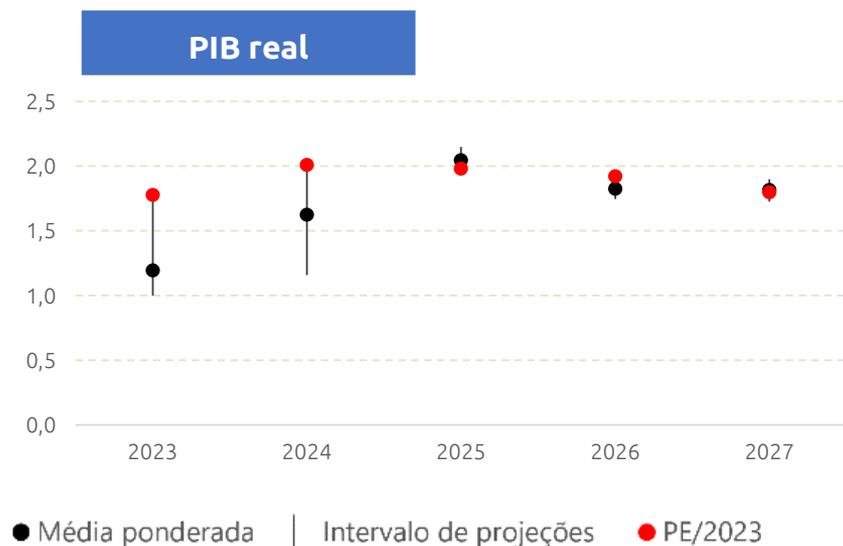
# Análise do Programa de Estabilidade 2023-2027

Audição na Comissão de Orçamento e Finanças  
Assembleia da República



26 de abril de 2023

# Previsões macroeconómicas PE/2023



O cenário macroeconómico inscrito no PE/2023 está **globalmente enquadrado com as previsões e projeções mais recentes** conhecidas para a economia portuguesa para o período 2023-2027.

Trata-se assim de um **cenário provável** para a evolução da economia portuguesa nos próximos cinco anos.

- **Os principais riscos são predominantemente externos à economia portuguesa**, pendendo de forma descendente sobre o crescimento da atividade económica e de forma ascendente sobre a inflação.
- Assim, com base na informação disponível no contexto de incerteza vigente, **o Conselho das Finanças Públicas endossou as estimativas e previsões macroeconómicas apresentadas.**

# Indicadores Orçamentais PE/2023



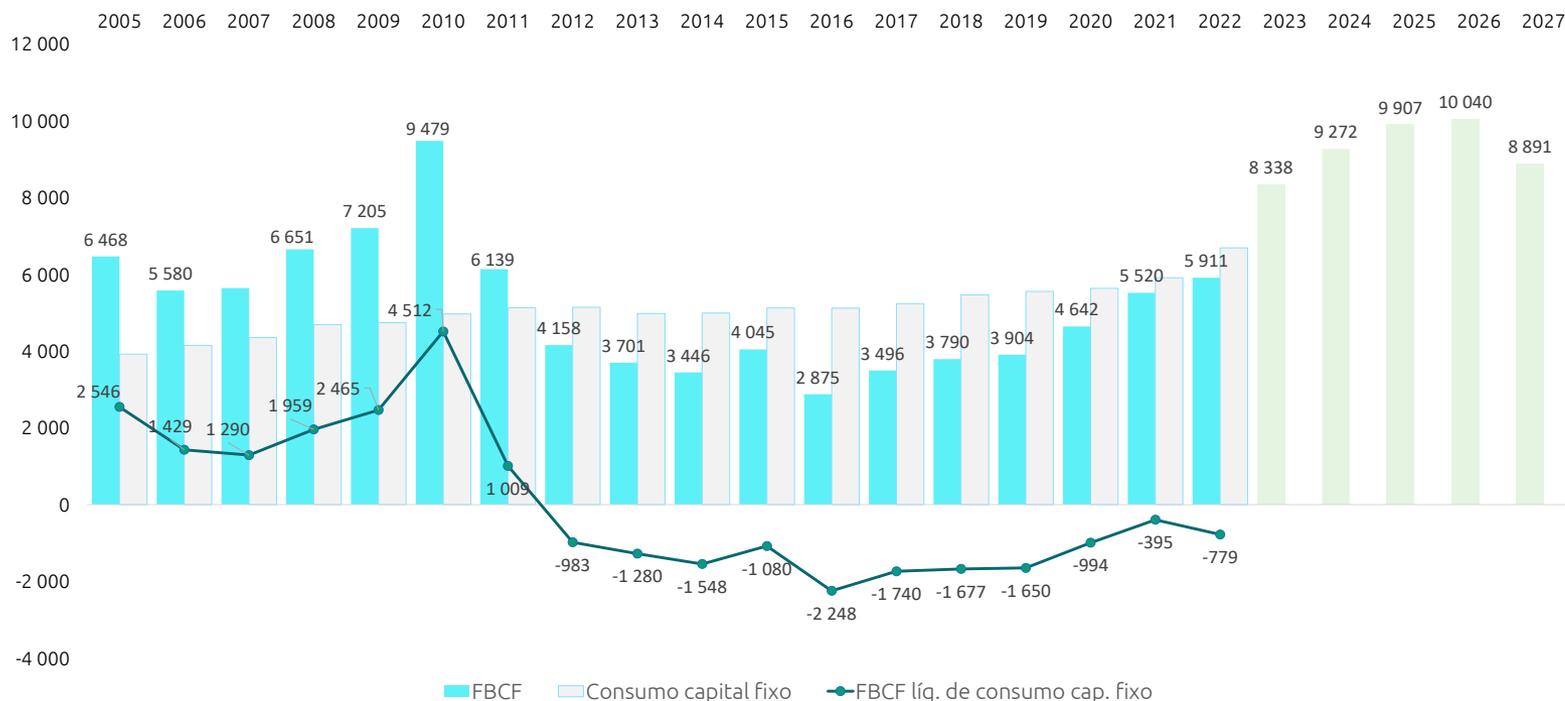
	Em % do PIB						
	2021	2022	PE/2023				
			2023	2024	2025	2026	2027
Saldo Primário	-0,5	1,6	1,9	2,6	2,7	2,8	2,9
Saldo orçamental	-2,9	-0,4	-0,4	-0,2	-0,1	0,0	0,1
Ajustado de medidas one-off	-3,2	-0,3	-0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,1
Ajustado do ciclo	-1,2	-1,1	1,4	2,2	2,4	2,6	2,7
Saldo estrutural	-1,5	-0,9	-0,7	-0,5	-0,4	-0,2	-0,1
Primário estrutural	0,9	1,0	1,6	2,2	2,4	2,6	2,7

De acordo com o PE, o equilíbrio orçamental será alcançado em 2026, retomando em 2027 o excedente ocorrido um ano antes da eclosão da pandemia;

A margem de segurança em relação ao rácio de 3% do PIB para o défice orçamental nominal eleva-se, permitindo responder às flutuações cíclicas normais, sem incorrer na situação de défice excessivo;

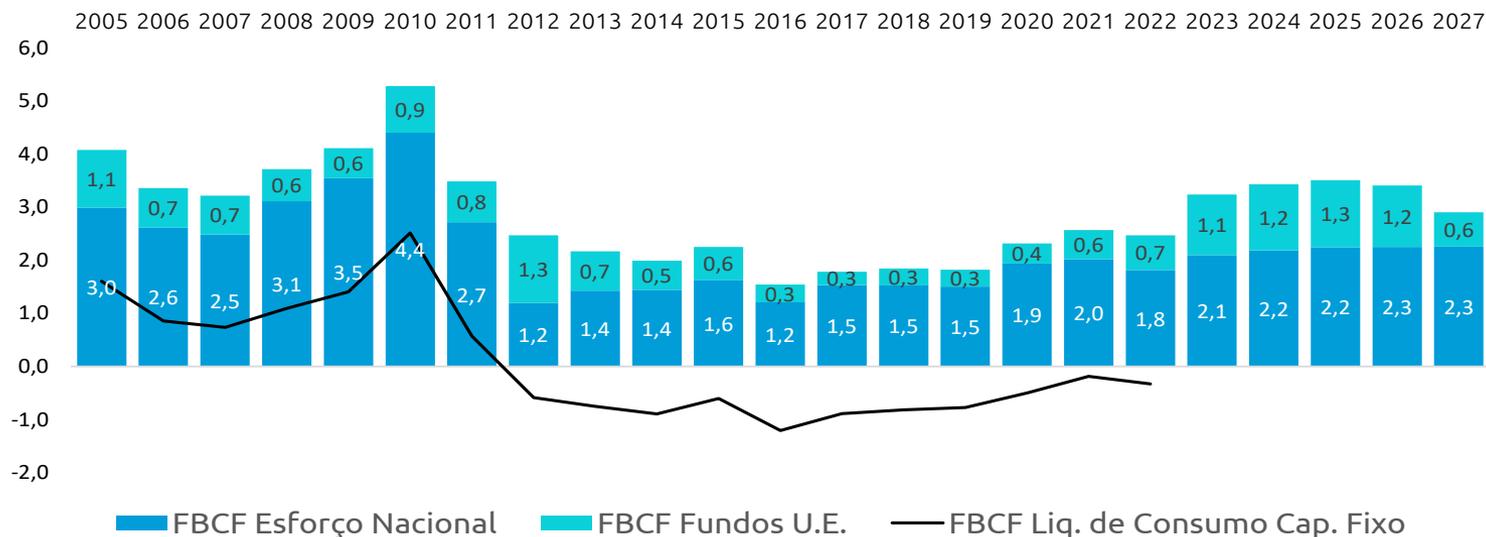
O saldo estrutural (recalculado) aponta para o cumprimento do Objetivo de Médio Prazo, devendo aquele indicador registar uma melhoria de 0,8 p.p. do PIB.

# Investimento Público (M€)



- Durante a década 2012-2022, o investimento público realizado foi insuficiente para compensar o desgaste (depreciação) do stock de capital das AP, penalizando certamente a qualidade e operacionalidade das infraestruturas públicas na provisão de serviços públicos.

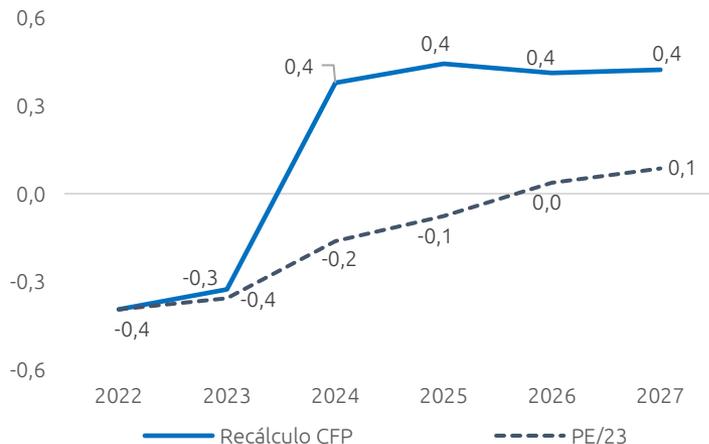
# Investimento Público (% PIB)



- Com o PRR, prevê-se o aumento do peso da FBCF no PIB, de 3,2% em 2023 para um máximo de 3,5% em 2025, decaindo a partir daí para se fixar em 2,9% no fim do período.
- Verifica-se que o peso dos fundos europeus, em % do PIB, tem sido inferior ao peso do esforço nacional. Mesmo com o PRR, essa tendência mantém-se.
- Ainda assim, com o PRR, prevê-se o aumento do peso dos fundos europeus no investimento público de 2023 a 2026.
- Redução do investimento previsto para 2027, reflexo de redução de financiamento europeu, prevendo-se a manutenção do esforço nacional em 2,3% do PIB.

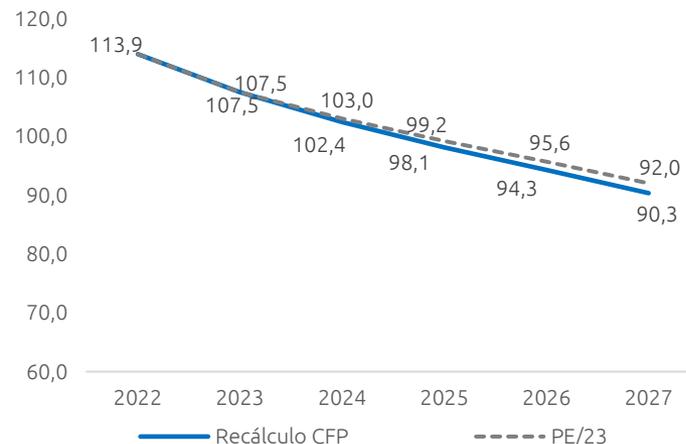
# Coerência do Cenário Macro Orçamental

## Saldo Orçamental



- Regresso a um excedente orçamental três anos antes do que o previsto pelo MF;
- Os encargos com juros explicam esta diferença por refletirem uma taxa de juro implícita inferior à considerada no PE/2023, mesmo assumindo taxas de juro de médio e longo prazo mais elevadas para as novas emissões.

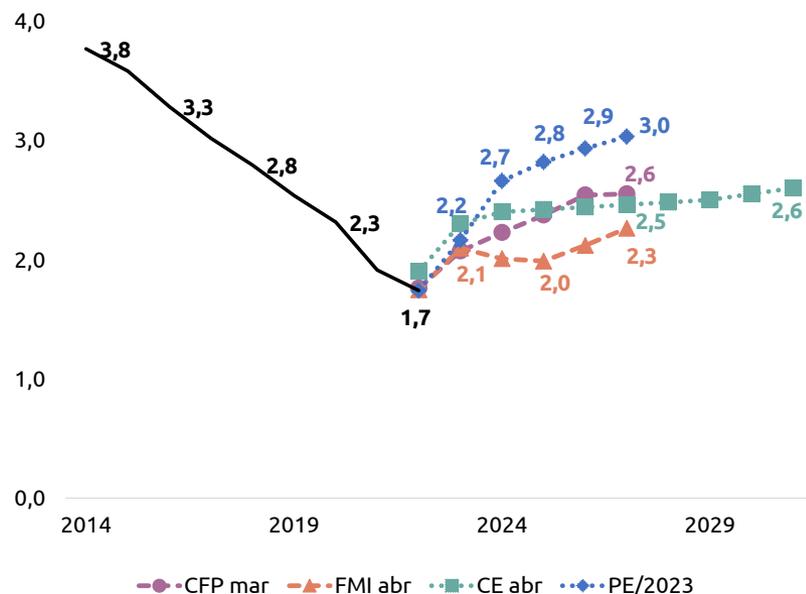
## Dívida Pública



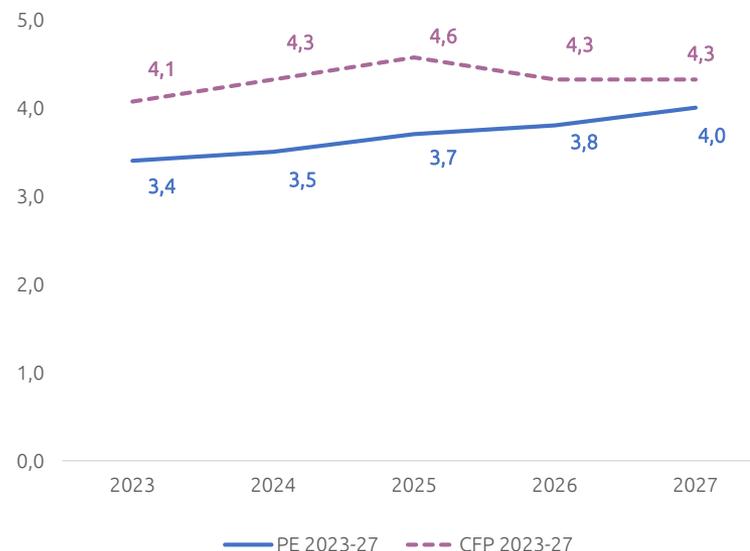
- o rácio da dívida situar-se-á em 90,3% do PIB em 2027, um valor inferior em 1,7 p.p. ao apresentado no PE/2023
- O contributo menos desfavorável dos juros determina a redução mais acentuada da dívida pública.

# Dívida pública

Trajetórias para a taxa de juro implícita (%)



Taxa das novas emissões a 10 anos (%)



- A taxa de juro implícita da dívida estimada pelo MF encontra-se acima das previsões mais recentes de outras instituições.

- A taxa de juro média prevista no PE/2023 para as novas emissões a 10 anos em 2023-27 situa-se em 3,7%, face a 4,3%, em média, na projeção do CFP.

# Quadro Plurianual de Despesas Públicas (QPDP)



- A proposta de atualização do QPDP consta da PPL das GO para 2023-2026 (PPL n.º 73/XV/1.ª) e no PE.
- **Revisão em alta dos limites de despesa total** da Administração Central e Segurança Social para os **anos de 2024 a 2027**, mantendo inalterado o limite para 2023 constante do QPDP aprovado.
- **Não explicitação do fundamento desta atualização**, inferindo-se que tenha sido considerado o perfil de execução previsto para o PRR e o aumento de transferências para a Administração Local resultante do processo de descentralização em curso.
- Persiste a **ausência de demonstração da compatibilidade entre os limites de despesa** do QPDP expressos na **base de caixa e os objetivos orçamentais** definidos em **contas nacionais**.
- A explicitação desta demonstração beneficiaria em muito a transparência e a responsabilização orçamentais, matéria já assinalada reiteradamente pelo CFP que reflete a falta de implementação efetiva da LEO, marcada por atrasos em várias vertentes e em que se mantêm, ainda que com adaptações, muitos dos processos que resultam do enquadramento contabilístico anterior.



**Conselho das  
Finanças  
Públicas**

Obrigada.

